

COLÓQUIO

**Diversificação e Diversidade
dos Sistemas de Ensino Superior**

Conselho Nacional de Educação

8 de Março de 2001

ABERTURA

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Maria Teresa Ambrósio

Queria começar por cumprimentar o Senhor Secretário de Estado, aqui presente; cumprimentar também, pelo papel que desenvolve neste Colóquio, o Professor Sérgio Machado dos Santos que é o Coordenador da Comissão Especializada Permanente do Ensino Superior e Investigação Científica e é o organizador deste Colóquio e o Professor Alberto Amaral que nos dá a matéria, o estudo sobre o qual nos vamos debruçar; cumprimentar o Senhor Presidente do Conselho Económico e Social, agradecendo a sua presença e fazendo votos para que esta ligação entre Conselhos se fortaleça ainda mais; cumprimentar o Senhor Presidente do Conselho de Reitores, os Senhores Reitores e todos os presentes que quiseram aceder ao nosso convite, os Senhores Professores, os Senhores Conselheiros, os Senhores Convidados.

Se me permitem, apenas umas breves palavras para situar este Colóquio no âmbito dos trabalhos do Conselho. Pretende-se que seja, essencialmente, uma jornada de trabalho, um *workshop*, como foi proposto, que tem como base um estudo, realizado pelo Professor Alberto Amaral, com o apoio do Ministério da Ciência e da Tecnologia, que será apresentado em detalhe na sessão da tarde.

Gostaria, sobretudo, de justificar por que motivo este Colóquio se realiza aqui, no Conselho. Trata-se de uma matéria que é do âmbito do Ensino Superior, sector que tem tantas estruturas e fóruns onde os seus problemas específicos são estudados, o Conselho de Reitores, a Fundação, o CNAVES, os Senados Universitários com a sua autonomia. Porquê debatermos também no Conselho Nacional de Educação este tema?

Gostaria de explicitar que temos como objectivo, aqui no Conselho, tentar construir quadros de referência para análise da evolução global do sistema. E, também, procurar que nessa evolução haja coerência entre os vários níveis do sistema escolar. É evidente que o Ensino Superior tem a sua especificidade, mas ninguém ignora os factores condicionantes a

montante e as consequências a jusante, para os restantes níveis do ensino escolar.

Por outro lado, é evidente que estes quadros referenciais têm estado sempre ligados àquilo que conhecemos como as tendências, as grandes linhas de força da evolução da sociedade portuguesa, ela própria incluída em espaços geopolíticos mais largos. Cabe, portanto, ao Conselho Nacional de Educação discutir não apenas o pormenor de algumas situações pontuais, e provavelmente até problemáticas, do Ensino Superior, mas analisá-las num quadro de coerência.

É evidente que o Conselho tem acompanhado algumas questões e os problemas mais imediatos deste nível de ensino e que nos têm sido solicitados alguns Pareceres, nomeadamente pelo Ministério da Educação, como aconteceu, por exemplo, em relação ao Financiamento do Ensino Superior e à Lei do Ordenamento do Ensino Superior. Mas não é essa a nossa única missão. Embora a 3.^a Comissão Especializada Permanente, que acompanha a evolução do Ensino Superior, não possa deixar de conhecer e de debater esses mesmos problemas, compete também ao Conselho questionar, se necessário, os próprios quadros jurídicos em que se processam as políticas e verificar a sua adequação à evolução geral do sistema educativo.

Nesse sentido, ao promover este debate, pretendemos discutir os resultados de um trabalho de investigação – qualquer estudo só tem a ganhar se os resultados forem participados e forem discutidos – mas, sobretudo, promover um debate informado, esclarecido sobre a matéria. As informações, sobretudo quando são tratadas nos meios de comunicação antes de serem discutidas em fórum de especialistas, por vezes não são bem tratadas, e há que promover em determinados lugares, mais restritos, este debate mais informado, mais esclarecido, com especialistas, com responsáveis. A presença dos Senhores Reitores e de outras altas individualidades permite fazer isso, um debate esclarecido e informado que é importante nos nossos dias, não só para promover a participação social, mas, sobretudo, para uma governação bem orientada, modesta e, de certa maneira, partilhada.

Nesta discussão gostaria de deixar aqui expressa, e não será, provavelmente, necessário fazê-lo, uma recomendação no sentido de que esta análise da diversificação e diversidade do ensino superior seja olhada em perspectivas mais largas do que aquelas que imediatamente ocupam o nosso dia a dia. Suponho que é fundamental enquadrá-la na perspectiva nova, teórica, paradigmática, de educação ao longo da vida, numa aprendizagem sem limites, em percursos formativos, em percursos de acção, como aquela que ainda nos espera, e espera, com toda a certeza, os nossos filhos, dado que o sistema escolar hoje, na perspectiva da educação ao longo da vida, é uma gota no Oceano.

Por outro lado, julgo também importante que integremos a perspectiva da evolução dos conhecimentos. Hoje, sem dúvida nenhuma, um diploma, uma formação disciplinar tem muito pouco a ver com as necessidades na vida activa e as formações multidisciplinares obrigam a uma maior abertura e a uma interligação entre instituições, entre departamentos científicos, entre várias formas de fazer perceber as tecnologias e os diferentes saberes.

Julgo, ainda, que as estratégias geopolíticas são extremamente importantes para nós, dado que estamos altamente condicionados, para o bem e para o mal, pela evolução dos sistemas de ensino e da política educativa a nível europeu. Basta ver, por exemplo, o Relatório que foi aprovado recentemente, na Comunidade Europeia, pelos Ministros da Educação, que vai ser objecto de debate no Conselho Europeu de 23 e 24 de Março, e que traça perspectivas bastante concretas para as políticas educativas europeias e no campo do ensino superior. Isto é, como sabemos, muito premente.

A pertinência do tema da diversidade é, também, muito grande entre nós precisamente porque o ensino superior cresceu, mas também porque se está a dar prioridade a algumas áreas que são questionáveis nos seus pilares de formação, nomeadamente, quando se fala da saúde, quando se fala das artes, quando se fala das tecnologias. A medicina não pode viver sem a física, sem a enfermagem; as tecnologias, o design não podem viver sem as belas-artes, etc.

Aliás há uma oferta cada vez mais diversificada de cursos e que excede as instituições que são controladas pelo Ministério da Educação. Se pensarmos em todas as ofertas virtuais que aí estão e que vão, com toda a certeza, aparecer e multiplicar-se também entre nós, tudo aponta para um sistema cada vez mais diversificado. E, por outro lado, há uma diversidade de procura que nem os próprios empregadores nos sabem dizer como é que se caracteriza.

Por fim, uma referência a todo este papel, extremamente difícil, de regulação. Compreendo, perfeitamente, a grande responsabilidade, o grande peso que é o da governação da educação, ou melhor, da regulação que o Estado tem que fazer abrangendo todas as instituições, toda a sociedade e que, no fundo, tem que corresponder a esta responsabilidade de formação. Este papel regulador do Estado é, realmente, qualquer coisa que exige novos modelos a descobrir.

Termino já, fazendo votos para que hoje possa ser um dia de discussão aberta, uma discussão sem limites mas reflectida, que possa levantar as questões de uma forma sistemática e também indicar novos espaços de negociação, porque a política educativa é sempre uma permanente concertação.

Agradeço mais uma vez a vossa presença e, se o Senhor Secretário de Estado me permite, passo a palavra ao Senhor Professor Sérgio Machado dos Santos.

Coordenador da 3.^a Comissão Especializada Permanente do Conselho Nacional de Educação

Sérgio Machado dos Santos

Senhora Presidente, Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Senhores Convidados e Senhores Conselheiros. Começo por cumprimentar todos os presentes e agradecer o terem aceite o convite para participarem neste Colóquio, que funciona como uma reunião alargada da 3.^a Comissão do Conselho Nacional de Educação.

Como a Senhora Presidente teve ocasião de referir, é preocupação do Conselho, no que respeita ao ensino superior, procurar lançar um debate público alargado em torno de questões prementes deste nível de ensino, tendo em vista o repensar do sistema numa perspectiva de futuro. A 3.^a Comissão, no seu plano de acção, estabelecido em sintonia com o plano de actividades do Conselho, para além de uma preocupação com a consolidação de dados e indicadores estatísticos que permitam avaliar do sentido evolutivo do sistema, definiu como temas prioritários a tratar, escolhidos em função do seu interesse estratégico, da conjuntura nacional lançada pela Lei n.º 26/2000 e da conjuntura europeia associada ao processo de Bolonha e à criação do Espaço Europeu de Investigação, os seguintes: o papel do Estado na regulação; a estrutura de graus; e a investigação científica no ensino superior.

Não significa isto que os temas que costumam ter maior visibilidade pública, como sejam o financiamento, o acesso ao ensino superior ou os estatutos das carreiras docentes, não estejam nas preocupações do CNE. Contudo, outras entidades e organismos estão a promover estudos e desenvolver projectos sobre essas matérias, assumindo a 3.^a Comissão, de forma explícita, uma atitude de acompanhamento dos trabalhos assim produzidos, sem prejuízo de vir a reagir formalmente sobre os mesmos à medida que sejam colocados documentos em discussão pública.

Para a análise dos temas prioritários, considerou-se ser importante, como ponto de partida, aprofundar a questão da diversificação do ensino superior, face à incidência directa desta matéria tanto na regulação como nas estruturas de graus. Por essa razão, decidiu-se solicitar ao CIPES a

preparação de um estudo sobre a diversificação e a diversidade do ensino superior, com especial enfoque no caso português, e colocá-lo em discussão alargada, com o objectivo de promover uma clarificação de conceitos que possa conduzir a uma linguagem comum, bem como uma análise de tendências, sempre importante face à interdependência crescente dos sistemas de ensino, e uma caracterização e compreensão do caso português, de modo a construir uma base sólida, sem mitos ou equívocos, para os trabalhos subsequentes da 3.^a Comissão.

Uma preocupação a ter em mente nas discussões de hoje deverá ser a de se procurarem definir objectivos concretos em termos da diversidade desejável, com vista a encontrar uma linha de rumo coerente para o desenvolvimento e a consolidação do sistema de ensino superior em Portugal. Esta questão é particularmente importante na presente conjuntura, na medida em que, com o enfoque quase obsessivo que tem vindo a ser colocado no sistema binário, numa posição limitada e redutora de ênfase numa diversificação estritamente sistémica, com grande rigidez administrativo-jurídica, se corre o sério risco de se não encarar de frente a questão de fundo, a meu ver bem mais importante, da necessidade de uma diversidade programática que considere:

- uma diversificação na natureza do ensino superior, imprescindível face à massificação;
- uma diversificação nas abordagens de oferta de programas e cursos, numa lógica de adequação aos interesses e expectativas dos utentes e tendo também em atenção as necessidades dos novos públicos, numa perspectiva de educação ao longo da vida.

Quanto à natureza do ensino, constata-se, em praticamente todos os países, independentemente de os sistemas serem unitários ou binários, a existência de formação inicial de nível superior de duas naturezas:

- uma formação inicial com base científica sólida e ligação à investigação, que, no binómio educação/formação (e pese embora o esbatimento de fronteiras entre os dois termos desse binómio), se orienta mais para a vertente da educação, com duração tendencialmente mais longa (e que, num número crescente de casos, conduz directamente ao grau de mestre);

- uma formação inicial mais ligada ao saber-fazer, assumidamente sem ligação directa à investigação, com enfoque na vertente da formação e, como tal, de natureza mais profissionalizante, com duração tendencialmente mais curta.

Duas razões têm contribuído para essa diversificação que, como se disse, é consequência inevitável da massificação: por um lado, não é financeiramente comportável oferecer a uma percentagem cada vez maior dos jovens de 18 anos uma formação inicial de longa duração; por outro, nem tal seria realista, porque muitos dos actuais alunos, que correspondem mais à característica de “aluno médio” do que à de “elite intelectual” que era habitual no ensino superior, não têm capacidade ou vocação para uma formação científica abstracta, onde serão candidatos óbvios a um abandono precoce.

Se pretendermos colocar rótulos nessas duas naturezas de ensino, poderemos catalogar a primeira como “ensino de natureza universitária” e a segunda como “ensino de natureza profissionalizante”. Essa diversificação, insiste-se, existe tanto em sistemas binários como em sistemas unitários. Num sistema binário, como o Português, o ensino politécnico estará tendencialmente associado ao ensino de natureza profissionalizante.

No que respeita à diversificação na forma de oferta, o importante é a existência de uma oferta adequada à vocação e capacidades dos formandos/utentes, de modo a que cada um dos estudantes possa atingir o seu nível de excelência pessoal (e não um nível abstracto de excelência, definido de modo uniforme para todos), com vista a prepará-lo o melhor possível para a integração na Sociedade de Aprendizagem e para uma assunção plena da cidadania.

O aceitar desta lógica de organização do ensino tem implicações enormes, não só a nível do sistema, mas também, e principalmente, para as próprias instituições, às quais competem muitas das medidas a tomar. É o caso das abordagens modulares de ensino, das formações intermitentes, dos sistemas de acumulação de créditos, da acreditação de formações não formais, etc. Não se pretende, com esta observação, propor que o debate ao longo do Colóquio considere todas estas questões,

mas apenas lembrar que se não deverá esquecer esta importante dimensão da diversificação.

É minha convicção que a diversidade programática só poderá florescer num ambiente de grande flexibilidade institucional. A este respeito, atrevo-me a apresentar uma ideia sobre o desenvolvimento nacional do sistema binário, que possivelmente vai chocar muitos dos presentes, nem todos pelas mesmas razões, mas na qual acredito convictamente. Face à diferenciação atrás apresentada para a natureza do ensino superior, competirá às Universidades fazer predominantemente ensino de natureza universitária, mas sem prejuízo de, pontualmente, em sintonia com especificidades explicitamente assumidas na sua missão institucional, e de uma forma contratualizada com o Governo, poderem fazer ensino de natureza politécnica (experiências desta natureza poderão mesmo constituir âncoras para atenuar o *academic drift*). Por sua vez, competirá aos Politécnicos efectuar predominantemente ensino de natureza profissionalizante, sem prejuízo de, em áreas de excelência, poderem criar uma escola de natureza universitária. Em um e outro dos casos, haverá lugar a um rigoroso cumprimento de requisitos, nomeadamente em termos de a carreira docente a adoptar ser a correspondente à natureza do ensino a ministrar pela escola. Permitindo-me usar uma linguagem habitual por parte do sector politécnico, defendo com esta posição que se coloquem as barreiras, quanto a integração institucional das diversas naturezas de ensino, nas condições de qualidade a cumprir e não em barreiras administrativas artificiais.

Uma vantagem óbvia e imediata de uma abordagem desta natureza é a de permitir a oferta das duas naturezas de ensino em locais do interior, onde se verifica menos procura e conseqüentemente é mais difícil atingir massa crítica, sem necessidade de duplicação de instituições. Será, igualmente, uma maneira de potenciar parcerias regionais entre instituições de ensino superior de igual ou diferente natureza.

Toda esta problemática irá certamente emergir no desenrolar do Colóquio. Resta-me, pois, a terminar, desejar um debate profícuo, que seja motivador para todos os presentes.

Secretário de Estado do Ensino Superior

José Dinis Reis

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhor Presidente do Conselho Económico e Social, Senhor Presidente do CRUP, Senhor Presidente do CCISP, Senhor Presidente da APESP, Senhores Reitores, Senhores Presidentes de Institutos Politécnicos, Senhores Conselheiros, minhas Senhoras e meus Senhores.

O tema deste Colóquio é muito importante. E desejo desde já exprimir a vontade de que seja o primeiro acontecimento de um debate que importa lançar sobre o estado do ensino superior no nosso país. Precisamos, com efeito, de desenvolver uma análise profunda, que nos permita tomar consciência rigorosa não apenas da dimensão, mas também das características, da estrutura, das dinâmicas do sistema e apreciar as lógicas da sua evolução (do conjunto do sistema e bem assim de cada um dos sub-sectores que o compõem). Importa ver com detalhe como se tem feito a concretização espacial dessas dinâmicas, de que forma se consolidaram, que coerência atingiram e que insuficiências se manifestam. É necessário saber se o país está bem dotado de instituições de ensino superior, se é lógico supor que são necessárias outras, se há cursos a mais e formações coerentes, que racionalidades intervêm nas evoluções que se pretendem. Importa fazê-lo do ponto de vista da rede pública e do ponto de vista do significado da iniciativa privada na disponibilização de uma oferta qualificante de formações superiores.

Insisto que me parece essencial olhar para o sistema enquanto sistema. O facto de ele ser diferenciado, internamente estruturado e possuir dinâmicas assinaláveis torna-o capaz de merecer uma avaliação rigorosa quanto ao modo com satisfaz as expectativas dos cidadãos enquanto produtor de qualificações.

Tenho para mim – e sei que não me falta fundamento – que o desenvolvimento e consolidação do nosso sistema de ensino superior é um dos melhores resultados do Portugal democrático. Democratização e qualificação são duas palavras-chave no último quarto de século da nossa história: e aí encontramos sempre o ensino superior. Foi neste quadro que

uma rede nacional, equilibrada, coerente e quantitativamente satisfatória de oferta de formação superior se implantou ao longo de todo o país, nas cidades médias do litoral e do interior, completando assim o que antes era apenas um pouco expressivo eixo litoral. Essa rede consolidou infra-estruturas de grande qualidade, agregou competências, estabeleceu clusters de formação, num processo generoso de forte investimento social. É esta rede que precisamos de conhecer melhor, do ponto de vista dos seus recursos e dos seus resultados, por forma a superarmos visões limitadas.

Uma das razões principais por que este conhecimento é útil é que o sistema está, como todos sabemos, numa fase de estabilização. Os resultados alcançados foram muitos e agora é preciso regular para enfrentar desafios futuros. O alargamento extensivo do sistema implicou, de facto, uma multiplicação de respostas aos desafios. Também é compreensível que os apelos do curto prazo, ligados a interesses imediatistas, tenham muitas vezes predominado, visto que havia que dar respostas a uma procura crescente. Mas hoje temos espaço e temos tempo para pensar de forma mais sistémica e global.

O conhecimento de que venho falando é também necessário para que discutamos de modo aprofundado o retorno que a sociedade portuguesa deve esperar de um sistema que desenvolveu de forma tão generosa. Desta discussão há-de fazer parte uma agenda sobre os novos papéis sociais do ensino superior. O sistema de ensino superior foi capaz de acolher e dar resposta às expectativas dos cidadãos, proporcionando -lhe formações superiores. Mas, numa sociedade que se queira coesa e competitiva, surgem permanentemente novas exigências e necessidades. As qualificações superiores nunca são em excesso. São sempre um activo essencial para um sociedade mais justa, mais moderna e mais capaz. Por isso falamos hoje, simultaneamente, de qualidade (sempre mais qualidade) e de novos públicos (porque há novas funções de qualificação a desempenhar, mesmo para os que já passaram pelos estabelecimentos de ensino superior para obter um título).

Vai falar-se neste colóquio de regulação. Deixem que fale de princípios reguladores e permitam-me que mate saudades da minha condição de economista regulacionista, que há muitos anos trabalha neste

campo, felizmente hoje tão em moda. A regulação é o conjunto de normas, procedimentos, hábitos, convenções pelos quais se estabelecem modos de trabalho que conferem coerência, estabilidade e dinâmicas a um determinado sistema. Falar de regulação é falar de agentes reguladores. A contraposição Estado/mercado é aqui inevitável, mas a atitude correcta e compensadora é a que parta do princípio de que há uma pluralidade de soluções institucionais para fazer assentar os objectivos que visam dotar um sistema de qualidades sólidas.

Um sistema não está regulado enquanto não tiver consolidado entendimentos básicos acerca do modo como se organiza. As normas são, justamente, os entendimentos que os diversos parceiros estabilizam e na base dos quais se passam a tomar decisões e se orientam as atitudes individuais, definindo trajectórias coerentes. Um sistema não está regulado quando as decisões dos agentes ocorrem sobre trajectórias erráticas, divergentes, ou quando as suas atitudes são do tipo *free-rider*. Numa linguagem não regulacionista, um sistema não está regulado quando alguma parte se subtrai deliberadamente às mensagens principais que a sociedade coloca em cima da mesa. E hoje nós sabemos o que a sociedade portuguesa quer do ensino superior, assim como sabemos o que não quer: quer qualidade e formações relevantes e não quer situações equívocas (não legitimadas em recursos e em projectos claros) ou iniciativas incoerentes.

Julgo que todos compreendemos que um sistema de ensino superior é muito difícil de regular quando atravessa um fase de grande expansão como aquela que ocorreu entre nós nas últimas décadas: as expectativas eram muitas, as pressões legítimas dos cidadãos e das famílias também. Houve quem achasse que era fácil regular pelo mercado, simplesmente pelo mercado. Viu-se que não. Nem a qualidade, nem o equilíbrio territorial da oferta, nem a inovação, nem a confiança foram incrementados por aí. O mercado, se existiu, actuou apenas em áreas intersticiais do sistema, e em áreas bem protegidas, contra tudo o que é alguma ideologia reinante.

Para quem tenha a noção que o mercado é, antes de mais, uma instituição – uma das várias instituições de coordenação da vida colectiva – não surpreende que assim tenha sido. O que surpreende é a violência

ideológica dos autores de tais visões. Porque, para que o mercado seja uma instituição activa e eficaz ele carece de regras, entendimentos, compromissos sólidos e explícitos e não comportamentos esquivos.

A regulação pelo Estado conheceu as dificuldades que resultavam das expectativas crescentes de largas camadas de estudantes que ambicionavam, afinal, a própria qualificação de que o país tanto precisa. A pressão da dinâmica social, a que já me referi, era, neste contexto, incontornável.

Estado e mercado não podiam, portanto, ter sido reguladores perfeitos ou sequer suficientes do sistema. O mercado, insisto, não o poderia ter sido porque estamos a falar da provisão de um bem-público (no sentido económico do termo). Além disso, são conhecidas as fraquezas da sociedade civil em Portugal e a sua propensão para actuar essencialmente através de iniciativas em que o risco seja escasso ou suportado por terceiros.

Estamos, assim, perante um dupla dificuldade de regulação, uma por natureza, outra por circunstância. Hoje conhecemos as insuficiências e os defeitos e, portanto, é necessário actuar na base de princípios. O objectivo é claro e fácil de enunciar: importa que assentemos em princípios reguladores que permitam os que observarem o sistema daqui a 25 anos, como nós agora o estamos a fazer, constatar que ele contribui para uma sociedade crescentemente qualificada, inovadora e com renovadas capacidades de inclusão e coesão social. Qualidade e capacidade de programação das necessidades são dois tópicos básicos. Por isso, não podemos esquivar-nos a ser rigorosos, determinados e, se necessário, corajosos. São sempre mais úteis princípios rigorosos do que o conforto da adaptação casuística.

O papel do sistema de ensino superior numa sociedade com ambições de qualificação tem de ser o de antecipar respostas a necessidades que ainda não conhecemos. Nenhum de nós sabe com rigor quais são as necessidades sociais, em matéria de organização, de competências e de qualificação, daqui a quinze ou vinte anos, em 2015 ou 2020. Não sabendo, sabemos apenas uma coisa: é através de gente capacitada que essas respostas se encontrarão. Eu diria capacitação,

qualificação, sem mais especificações. Este é o grande recurso, o grande activo, para que se antecipem necessidades, se antecipem dinâmicas sociais, se inove. Não há trajectórias garantidas nas sociedades. As trajectórias sociais são frequentemente inesperadas. A incerteza é um elemento permanente do processo da vida. É na medida em que, através de qualificações sólidas e (quase diria) intemporais, se dote o país de pessoas capazes, intelectualmente sofisticadas e cientificamente competentes, é nesta medida, dizia, que o sistema de ensino superior cumpre o seu grande papel social. Por isso cabe-lhe ir à frente, como antecipador social que é. Cabe-lhe responder a necessidades que ainda não conhecemos, mas conhecemos o modo como se lhes dão respostas: qualificando e capacitando. Julgo sempre muito desadequada a ideia de que o ensino superior tem de ir atrás seja do que for, por exemplo das empresas. O papel do ensino superior numa sociedade activa é liderar.

Temos, portanto de abrir vias novas. Permitam-me, que termine falando de três princípios reguladores que me parecem essenciais e incontornáveis para encarmos o nosso sistema de ensino superior de forma positiva e que todos os cidadãos depositem confiança nele. O primeiro é, evidentemente, o que consista em assegurar, de forma coerente e dinâmica uma rede pública de ensino superior. Este é o princípio constitucional.

O segundo princípio é aquele a que eu chamaria o princípio da garantia. Da garantia da qualidade e da garantia de que toda a oferta satisfaz os requisitos exigíveis ao ensino superior. Nesta assembleia todos sabemos quais são esses requisitos e sabemos que é através deles que se alcançam relações de confiança sólidas.

O terceiro é o princípio do desenvolvimento integrado do sistema. Quando estamos perante a necessidade de garantir um bem-público é como realidade integrada que o sistema deve ser encarado. É por isso que apostamos em regras gerais, procedimentos iguais para todos os subsistemas.

Permitam-me que termine desejando que se inicie aqui um bom debate. Todos precisamos dos resultados que alcançarem.

